

Após acordo, reitoria devolve salários



Leon Cunha

Acordo de greve foi aprovado pela categoria em assembleia realizada em 18 de agosto

Em assembleia realizada na última quinta-feira (18) os trabalhadores aprovaram o acordo da greve que suspendeu os descontos salariais dos grevistas. Os pagamentos foram realizados ontem, de acordo com o prazo estabelecido na reunião de negociação com a reitoria, ocorrida na quarta-feira (17), e com o ofício firmado no dia seguinte.

Calendário de negociação

Na reunião também foi apresentada pelos representantes do Comando de Greve e diretores do STU a contraproposta aprovada em assembleia pela categoria, a metodologia e uma proposta de calendário de negociação. A reitoria se comprometeu a apresentar uma resposta sobre o calendário até ontem, mas até o fechamento desta edição ainda não havia se manifestado.

A assembleia aprovou ainda reabrir

o processo de eleições do Conselho de Representantes, reforçar a campanha por uma Estatuinte Democrática e Paritária e estabelecer um calendário de discussões sobre o processo de sucessão à reitoria da Universidade (mais informações na página 3).

Os trabalhadores também votaram por incluir na agenda do STU e da categoria as mobilizações em defesa dos direitos sociais e trabalhistas e dos serviços públicos. Além de seguir a denúncia do desmonte da educação pública e o debate sobre a crise de sub-financiamento das universidades estaduais paulistas - cobrando dos reitores, do governo Alckmin e da Assembleia Legislativa a elevação do repasse para os 11,6% do ICMS, não incluídos na Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada em junho deste ano, mas que as comunidades seguirão lutando para que seja aprovada quando da votação do Orçamento/2017.

Pagos os salários, recompor o fundo de greve

Após a confirmação da reversão dos cortes salariais é preciso recompor o fundo de mobilizações do sindicato. Conforme deliberação da assembleia realizada no dia 4 de agosto, o sindicato antecipou o pagamento de salários aos funcionários técnico-administrativos de várias unidades. O compromisso assumido pelos servidores que receberam o apoio provisório foi de devolver ao STU os valores assim que a reitoria pagasse os descontos. Trabalhadores de algumas unidades já fizeram a devolução e ao longo desta semana a tesouraria do sindicato estará à disposição para receber a devolução dos valores, até sexta, das 9 às 12 horas.

STU cobra revogação de todas as punições aos que lutam

Conforme deliberação da assembleia que aprovou a suspensão da greve que durou 81 dias, os trabalhadores não aceitam nenhuma retaliação na volta ao trabalho. Hoje a diretoria do sindicato irá até a direção do Caism para tratar do problema da Central de Materiais.

Quando a greve teve início, o Caism debatia a estrutura do setor, o sucateamento dos equipamentos e como solucionar o problema das esterilizações de materiais fora da unidade (o que é proibido pela Anvisa). Em meio à greve, após notificação da

CIPA Central, a direção da unidade reduziu arbitrariamente o horário no turno da autoclavagem e a lavagem e envelopamento dos materiais ficou a cargo de apenas uma servidora. As alterações realizadas pela diretoria do Caism afetaram especificamente trabalhadores que participaram do movimento grevista.

Na DEDIC, trabalhadoras foram substituídas durante a greve por contratados temporários.

A direção do sindicato seguirá cobrando ao reitor José Tadeu Jorge a revogação de todas as punições. A as-

sembleia do último dia 18 também aprovou levar a denúncia das mudanças arbitrárias de postos de trabalho no Caism ao Coren (Conselho Regional de Enfermagem), responsabilizando os gestores e cobrando providências.

Assédio Moral

Na semana passada o STU formalizou, junto a DPD/DGRH denúncia de assédio moral no setor de eletrocardiograma do HC, de acordo com o Termo de Ajuste de Conduta (TAC) para efetivação do Acordo Coletivo sobre Assédio Moral.

CONTRA O AJUSTE FISCAL

Federais iniciam movimento de greve por todo o país

Nesta segunda-feira (22), os trabalhadores em Educação de diversos estados deram início ao processo de mobilização de greve, devido ao anúncio feito pelo Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação da redução de 45% em investimentos e 20% no custeio das universidades.

Em Belo Horizonte (MG), o Sindicato dos Trabalhadores das Instituições Federais de Ensino (Sindifes) decretou no dia 22 o início da greve dos técnico-administrativos em educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET-MG), Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG).

Já em Goiânia (GO), Teresina (PI), Dourados (MS) e Porto Alegre (RS) o Sindicato dos Trabalhadores

Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino Superior do Estado de Goiás (SINTIFES-GO), o Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal do Piauí (SintufPI), o Sindicato dos Trabalhadores em Educação das Instituições Federais (SINTEF) e a Associação dos Servidores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Assufrgs) decidiram em assembleias gerais realizadas entre 11 e 17/08 pela manutenção do estado de greve, rumo a mobilização geral.

Os cortes anunciados para as instituições federais estão diretamente ligados ao plano de ajuste fiscal do governo golpista de Temer - representados pelo PL 257/2016 e pela PEC 241/2016.

Para Rogerio Marzola, coordenador geral da Fasubra Sindical "Com essas medidas [PLP 257/2016 e PEC 241/2016], o governo provisório al-

meja um ajuste fiscal de 20 anos, congelando os recursos da saúde e da educação nos valores de hoje mais o IPCA, e assim rasga as vinculações constitucionais destes repasses ao orçamento. O governo aposta no desmonte da saúde, educação e previdência, para assegurar a remuneração dos banqueiros via mecanismo dos juros e os servidores públicos vão enfrentar arrocho, ausência de concursos, ausência de carreira e programas de demissões. Temer amplia as medidas iniciadas por Dilma (PLP 257/16), para mostrar que é capaz de impor uma pauta mais nefasta para os trabalhadores, como também na elevação da idade para aposentadoria. E é em cima dessas medidas que vai consolidando uma base parlamentar para seguir o impeachment. Os trabalhadores precisam unificar suas lutas, manifestações e paralisações rumo à greve geral"

Assembleia no dia 1º debaterá eleições do CR e do Consu

Será realizada assembleia geral no dia 1º de setembro, às 12 horas, no Ciclo Básico (CB), para discutir o calendário e regimento das eleições para recomposição do Conselho de Representantes do STU e também o processo de renovação da bancada dos trabalhadores técnico-administrativos no Conselho Universitário (Consu).

O CR é o principal espaço de ligação entre as unidades e o sindicato e, de acordo com as deliberações da assembleia que encerrou a greve, a

recomposição deste fórum a partir da mobilização construída durante a paralisação que por mais dois meses fez surgir novas lideranças na Universidade é uma prioridade. A direção do sindicato construiu uma proposta de organização do processo eleitoral, que será realizado de 10 e 28 de outubro.

Neste fim de ano acontecerá também a renovação da bancada dos trabalhadores técnico-administrativos no Consu. Seguindo deliberação do

XIII Congresso dos Trabalhadores da Unicamp, na assembleia será debatida uma plataforma dos trabalhadores para orientar a ação do STU no processo eleitoral e dialogar com as candidaturas sobre compromissos com demandas da categoria. O período de inscrição de chapas ao Consu será aberto no dia da assembleia e irá até o dia 12 de setembro. As eleições acontecem nos dias 9 e 10 de novembro, seguidas da apuração dos resultados no dia 11 daquele mês.

Retomar a luta por paridade e democracia na Unicamp

A Universidade vive um processo de mudanças dos estatutos proposto pela reitoria. No entanto, esse debate vem sendo feito de forma burocrática e limitada ao Conselho Universitário. O necessário amplo debate prévio com a comunidade e as entidades representativas não foi realizado e temas de interesse de todos que constroem a Unicamp vêm sendo deliberados a toque de caixa no Consu. Como a votação das propostas necessita de 2/3 dos conselheiros para aprovação não há nenhum compromisso dos conselheiros com processos e discussões com a comunidade interna e externa. Por isso o STU reivindica

uma estatuinte paritária para discutir a reforma dos estatutos. Só assim será possível que o debate no Consu saia da formalidade e expresse um processo de discussão sobre democracia, inclusão e relações de poder na Universidade. Encerrada a greve, o sindicato retoma com força essa campanha.

Sucessão de reitor

Da mesma forma, os trabalhadores da Unicamp querem mais democracia da escolha do corpo dirigente da Universidade. O mandato do reitor José Tadeu Jorge está chegando ao fim, e em breve o Consu aprovará o calendá-

rio que norteará o processo de escolha do novo reitor, baseado na consulta à comunidade que deve ocorrer em março de 2017.

A diretoria do STU se debruça nos próximos dias no debate sobre um calendário de discussões que abarque temas como democracia, paridade, formas de consulta à comunidade universitária e como deve se dar a participação do sindicato no processo eleitoral. Esta é também uma deliberação do XIII Congresso dos Trabalhadores da Unicamp e em breve o sindicato convocará assembleia para deliberar sobre essas questões.

STU discute com os trabalhadores da Área da Saúde as inclusões no Acordo Coletivo

Ainda cumprindo as deliberações da assembleia do dia 18, a diretoria do STU debateu propostas a serem discutidas com a Área de Saúde sobre a regulamentação da jornada, garantias dos postos de trabalho e condições de trabalho. A

diretoria já havia aprovado assinar a renovação do Acordo Coletivo do segmento, conquistado em 2007 e que estava vencido, com a condicionante de inclusão de demandas da Área para atualização do texto.

Várias das questões levantadas

foram discutidas ainda no período da greve. Na próxima semana o STU fará reuniões na área em todos os turnos para discutir a proposta. A reunião será divulgada nos próximos boletins do sindicato.

Alckmin quer fazer caixa vendendo terrenos de Fatecs e Etecs

PL 328/2016 autoriza venda de terrenos públicos e atinge áreas de quatro escolas técnicas rurais e duas Fatecs

No último dia 18 o portal de notícias Brasil de Fato publicou matéria denunciando a tentativa do governador Geraldo Alckmin de fazer caixa às custas de áreas que estão em terrenos de Etecs rurais e Fatecs. O Projeto de Lei 328/2016, de autoria do governador, foi enviado à Assembleia Legislativa em abril e tramita em caráter de urgência.

Estão inclusos na lista de venda 79 imóveis pertencentes ao estado distribuídos em diversos municípios, entre eles as ETECs Cônego José Bento (Jacareí), Benedito Storani (Jundiaí), Prof.

Dr. Antônio Eufrásio Toledo (Presidente Prudente), Dr. Carolino da Motta e Silva (Espírito Santo do Pinhal), a Fatec Jacareí e o campus II da Fatec de São José do Rio Preto. E dos 97 terrenos listados, segundo o Brasil de Fato, “grande parte corresponde a fazendas experimentais dedicadas à pesquisa agropecuária, principalmente voltada aos pequenos produtores rurais”.

Alckmin justifica tal projeto se utilizando da crise econômica, mas ao mesmo tempo perdoa a dívida de cerca de R\$116 milhões da Alstom, que tem contrato para instalação de sistema de

controle de trens do Metrô e também está envolvida no cartel. O Estado tuca-no prefere favorecer empresas privadas de capital estrangeiro do que investir na educação pública de qualidade, não se importando em prejudicar as práticas pedagógicas.

O STU apoia a luta dos trabalhadores e alunos de todas Etecs e Fatecs e, por isso, repudiamos a administração destrutiva de Geraldo Alckmin que desmonta a educação sem pudores, deixando claro que não governa para a população, mas sim para as grandes corporações.

Resposta à Folha de S. Paulo

Mais uma vez o jornal “Folha de S. Paulo” voltou a criticar as universidades estaduais. Em editorial publicado na última sexta-feira (19), utilizando a notícia de que as contas referentes ao ano de 2013 da USP (Universidade de São Paulo) foram reprovadas por unanimidade no Tribunal de Conta do Estado, o veículo defendeu o pagamento de mensalidades nas Universidades, regras mais flexíveis para contratação de servidores e medição de produtividade de trabalho.

O que o jornal arbitrariamente deixou de fora de sua crítica é a crise de financiamento que as principais instituições de ensino superior do país estão enfrentando no momento, devido ao congelamento do ICMS há 21 anos na marca dos 9,57%, mesmo que tenham expandido em 80% os quadros de estudantes em graduação e

pós-graduação, os cursos oferecidos e o número de campi. Assim como não mencionaram os problemas de supersalários e dupla matrícula que pesam na citada expansão de 84% com despesas de técnicos e docentes da USP — expansão que também acontece na Unicamp, onde o próprio reitor José Tadeu faz parte da porcentagem que recebe muito além dos R\$21.631,05 permitido pelo teto salarial do Estado de São Paulo.

A publicação também mostra pouco interesse pelo bem-estar do trabalhador e fecha os olhos para todos os casos de assédio moral praticados devido a métodos de medição de produtividade - que já existem nas universidades — e ao esvaziamento dos direitos trabalhistas a partir da flexibilização das regras de contratação de servidores técnico-administrativos e docentes.

Não menos importante, a Folha defende uma

medida elitista e que não solucionará o déficit financeiro em que se encontram as instituições públicas de ensino superior. Legalizar a cobrança de mensalidade nas universidades é cravar de uma vez por todas a estaca da desigualdade nos espaços que devem, prioritariamente, fornecer educação para todos. Não podemos permitir que a responsabilidade de garantir um ensino público de qualidade seja tirada das costas do Estado, abrindo margens para que se reduza cada vez mais dinheiro nos repasses de verba.

O STU repudia a postura anti-jornalística da Folha de S. Paulo, pois acredita que a população merece ter conhecimento de todos os problemas que atingem as universidades paulistas, patrimônios de todos os habitantes de São Paulo que vêm sendo prejudicadas diariamente pelo projeto tucano de desmonte da educação.